

ATA - GTT Sales Pimenta

12 a 14 de março de 2024

3.ª Reunião Presencial

Local: MDHC – Sala de Reuniões Janaina Romão - Brasília DF

Data: 12 a 14 de março de 2024

Participantes: - [conforme lista de presença]

A reunião teve início às 9h30 com a presença dos membros do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) Sales Pimenta e demais participantes conforme lista de presença. O objetivo do encontro foi discutir e elaborar sugestões para a metodologia das atividades do Plano Nacional de Proteção. Cada participante se apresentou, destacando sua área de atuação e interesse na temática do PPDDH.

De acordo com a pauta foi discutida a importância de apresentar subsídios de diagnóstico para embasar as discussões e propostas do GTT, foi lembrado por alguns participantes a importância da contratação das Consultorias e ressaltaram que esta pendência tem sido exaustivamente debatida desde novembro de 2023. Também foi debatido após a fala de um conselheiro que as organizações participantes devem contribuir com dados e análises sobre as violações de direitos enfrentadas pelas populações envolvidas no PPDDH, muitas delas apresentam relatório anuais como é o caso da CPT, Terra de Direitos, Justiça Global.

Conselheiros trouxeram a necessidade de apresentar subsídios para o Plano Nacional de Proteção, incluindo propostas de medidas protetivas emergenciais e estratégias de enfrentamento das violações de direitos.

Na sequência foi iniciado um debate sobre os quatro eixos na Consultas Públicas para o Plano Nacional e a partir das discussões, foram levantadas sugestões de perguntas organizadas por eixos temáticos para subsidiar as atividades de consulta do Plano Nacional de Proteção. As perguntas abordam temas como fortalecimento da proteção popular, institucionalidade protetiva, investigação e responsabilização, medidas protetivas e de reparação, entre outros.

Debate sobre EIXO 1 - Fortalecimento da Proteção Popular

Durante o debate sobre o fortalecimento da proteção popular, foram levantadas diversas questões importantes. Um dos participantes destacou a dificuldade enfrentada pelas organizações e movimentos sociais para protegerem as individualidades e coletividades de pessoas defensoras, comunicadores e ambientalistas com autonomia e independência. Foi sugerido que as estratégias de proteção popular sejam fortalecidas, valorizando as capacidades e acumulados das organizações e movimentos sociais.

Outro ponto debatido foi a necessidade de combater a criminalização e ações desqualificadoras contra as pessoas defensoras de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas. Uma proposta apresentada foi a implementação de ações específicas no Plano Nacional de Proteção para prover proteção popular, valorização e apoio a essas pessoas e suas organizações.

Debate sobre EIXO 2 - Institucionalidade Protetiva

No debate sobre a institucionalidade protetiva, os participantes discutiram a avaliação da política e dos programas institucionais de proteção, tanto em nível estadual quanto federal. Foi ressaltada a importância da participação social na implementação desses programas, bem como os limites e desafios do modelo de conveniamento para sua execução.

Surgiram sugestões de ações e medidas a serem previstas no Plano Nacional de Proteção para qualificar e ampliar a presença e a implementação da Proteção Institucional às individualidades e coletividades de pessoas defensoras de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas. Também foi debatida a necessidade de garantir recursos suficientes e progressivos para a proteção, incluindo a colaboração entre entes federados.

Debate sobre EIXO 3 - Investigação e Responsabilização

Quanto ao eixo de investigação e responsabilização, os participantes destacaram as principais dificuldades enfrentadas nesse processo. Foram discutidas as ações e medidas necessárias para qualificar a investigação e responsabilização dos crimes contra as pessoas defensoras de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas.

Houve sugestões de ações para promover a produção de informações e dados sistemáticos de inteligência, subsidiando análises de risco e contexto para a proteção dessas pessoas. O debate incluiu questões sobre a dificuldade de acesso à justiça e à apuração de investigações, bem como a necessidade de promover a participação social nesse processo.

Debate sobre EIXO 4 - Medidas Protetivas e de Reparação

Por fim, no debate sobre medidas protetivas e de reparação, os participantes avaliaram a qualidade e suficiência das medidas atualmente implementadas. Foram discutidas ações para garantir a eficácia das medidas protetivas, adequando-as às necessidades específicas das pessoas defensoras de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas.

Também foram sugeridas medidas para resolver as causas estruturais geradoras do risco enfrentado por essas pessoas, incluindo a responsabilização do setor privado. O debate incluiu questões sobre a reparação às vítimas das violências e todas as formas de impedimento da atuação das individualidades e/ou das coletividades de pessoas defensoras de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas.

Na reunião do Eixo Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) foram discutidas estratégias para fortalecer o programa. Cada componente do eixo foi abordado detalhadamente, com contribuições dos consultores especializados em cada área.

Pauta Consultorias FLACSO

Igo Martini convidou para compor a mesa a coordenadora da FLACSO que iniciou sua apresentação ressaltando o objetivo geral da consultoria, que é contribuir para o fortalecimento do PPDDH. Isso inclui o aprimoramento da gestão de contratos públicos de transferência de recursos, a definição de estratégias específicas para proteção de defensores/as indígenas e quilombolas, além da elaboração de uma matriz para análise de risco e revisão da metodologia de proteção. A Coordenadora, apresentou a equipe de consultores:

O consultor responsável pela gestão de contratos, que a coordenadora destacou a importância de realizar um diagnóstico sobre os convênios vigentes, avaliando a qualidade dos planos de trabalho e dos instrumentos de prestação de contas. Propostas de formas alternativas de transferência de recursos e instrumentos normativos também foram discutidas.

O consultor encarregado das estratégias de proteção para defensores/as indígenas, que a coordenadora destacou a necessidade de entender as ameaças e riscos enfrentados por esse grupo, além de propor estratégias que envolvam a articulação entre órgãos estatais, sistema de Justiça e sociedade civil.

A consultora responsável pelas estratégias de proteção para defensores/as quilombolas, que a coordenadora enfatizou a importância do diagnóstico das ameaças e riscos específicos

desse grupo. A consultoria fará um diagnóstico, com propostas e estratégias que visam fortalecer a articulação entre os diversos atores envolvidos na proteção desses defensores/as.

A consultora da metodologia de proteção e mapeamento de fluxos e processos, falou da necessidade de revisar os procedimentos utilizados para a gestão do programa. A consultoria deve propor novos fluxos, procedimentos e instrumentos para aprimorar a metodologia de proteção, em colaboração com os demais componentes do eixo.

O consultor responsável pela análise de risco, que a coordenadora apresentou as atividades previstas para este componente. Ela destacou a importância de diagnosticar os procedimentos para análise de risco aplicados pelo programa e propôs uma matriz para análise de risco sofrido pelos defensores/as protegidos pelo PPDDH.

Ao final da reunião, foram definidos os encaminhamentos para as próximas etapas do trabalho, incluindo a elaboração de um plano de ação detalhado para cada componente do eixo, com prazos e responsáveis definidos. A contribuição de todos os participantes foi fundamental para o avanço das discussões e para o fortalecimento do PPDDH.

A reunião foi encerrada com agradecimentos aos participantes pela contribuição e empenho nas discussões. Ficou acordado que as sugestões apresentadas serão compiladas em um documento oficial para ser utilizado nas atividades do Plano Nacional de Proteção.

A conselheira do Artigo 19 apresentou propostas que poderão ser consideradas como questões para aprofundar o diagnóstico situacional, conforme segue:

- Causas estruturais: Quais são as principais causas estruturais dessas violências contra DDHs, comunicadores e ambientalistas (no território, temática ou para o grupo específico)? Quais as propostas para enfrentá-las?
- Participação social: Como se dá a participação social na elaboração e execução das políticas de proteção institucionais no território/para o grupo? Quais os principais desafios para essa participação?
- Gestão da política pública de proteção: Quais são os desafios e as boas práticas na gestão da política pública de proteção para esse grupo/território?
- Diálogo interinstitucional: como se dá a comunicação entre órgãos do Estado na elaboração e execução de medidas de proteção?
- Acesso e permanência na política pública de proteção: Quais são as principais dificuldades de acesso e permanência na política pública?

- Ausências da política pública: Quais são as principais ausências das políticas públicas de proteção para esse grupo/território?
- Desafios e boas práticas de proteção comunitária: Quais são os desafios e as boas práticas de proteção comunitária (desenvolvida pela sociedade civil, movimentos sociais, OSCs...) para esse grupo/território?
- Incentivo da proteção comunitária: Quais são as iniciativas de proteção comunitária que devem ser promovidas e incentivadas pelo Estado? De que formas (ex. Visibilidade, orçamento etc)?
- Desafios e boas práticas de medidas protetivas: Quais são os desafios e as boas práticas de endereçamento de medidas protetivas pela política pública para esse grupo/território? Como as pessoas atendidas pela política pública sentem a adoção das medidas recomendadas pelas equipes que executam a política pública, em seus casos?
- Desafios e boas práticas de medidas preventivas: Quais são os desafios e as boas práticas de endereçamento de medidas preventivas para esse grupo/território?
- Desafios e boas práticas de reparação: Quais são as principais medidas de reparação para casos de violência contra DDHs, comunicadores e ambientalistas?
- Desafios e boas práticas da proteção coletiva: Quais as boas práticas e desafios para a implementação de medidas de proteção coletivas e/ou territoriais?
- Desafios e boas práticas de educação em DH: Quais são as boas práticas e desafios para a educação em DH? Como valorizar o trabalho de DDHs, comunicadores e ambientalistas?
- Entraves na realização de denúncias: Quais são os principais desafios para a realização formal de denúncias sobre as situações de violência?
- Entraves no acesso à justiça e à apuração investigação: Quais os principais desafios no acionamento de estruturas de segurança pública e justiça para o endereçamento de situações de violência contra DDHs, comunicadores e ambientalistas?
- Desafios para pessoas atendidas pela política pública: (Para pessoas e grupos atendidos pelo programa) quais são as medidas solicitadas ao programa que não foram atendidas? Qual foi a justificativa para o não atendimento?
- Desafios culturais: (Especialmente para comunidades tradicionais, refugiados e migrantes) Quais são os desafios culturais para o acesso à política pública de proteção?
- Desafios culturais (autodeterminação): (Especialmente para comunidades tradicionais refugiados e migrantes) Quais são os principais desafios para a garantia da

autodeterminação das comunidades no processo de ingresso e permanência em políticas públicas de proteção?

- Marcadores sociais: Como se dão as especificidades de gênero, raça, etnia, sexualidade, território, e outros marcadores, no contexto de violência e no oferecimento de medidas de proteção?
- Experiências internacionais exitosas: Quais são as principais experiências internacionais de proteção exitosas para esse contexto de violência?